

Apresentação do volume V dos *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*

JOSÉ MARQUES

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9762>

CITCEM-UP;

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), Portugal

No dia 5 de dezembro de 2018, realizou-se na Sé de Braga uma sessão pública de lançamento do volume V da obra *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga* [Paulo Abreu – *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga: D. António Bento Martins Júnior, D. Francisco Maria da Silva: Tomo V*. Braga: Instituto de História e Arte Cristãs, Arquidiocese de Braga, 2018], cuja apresentação esteve a cargo do Professor Doutor José Marques, medievista na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e também membro do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Com sua permissão, a redação de *Lusitania Sacra* publica o texto dessa apresentação.

Introdução

A cidade e a Arquidiocese de Braga estão hoje duplamente em festa: primeiro, pela solenidade do seu padroeiro, S. Geraldo, e a Arquidiocese, a cidade e a Cultura portuguesa pela apresentação ao público de mais um volume dos *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, dedicado à vida e ação pastoral dos Arcebispos D. António Bento Martins Júnior e D. Francisco Maria da Silva, obra que, desde já, todos agradecemos e ficamos a dever ao extraordinário esforço do Prof. Doutor Cónego José Paulo Abreu, funções que, além de muitas outras, acumula com as de Deão do Cabido Primacial.

Se não todos, pelo menos os mais ligados à História da Igreja de Braga, além de afirmarmos a necessidade da revisão da parte mais antiga dos *Fastos Episcopales*, que Mons. José Augusto Ferreira nos deixou, sentíamos a necessidade da continuação desta obra, em relação aos últimos prelados falecidos, cuja memória se impunha preservar. [...]

O volume de 900 páginas – incluindo os diversos índices –, com que o Autor brindou o público culto e os diocesanos interessados na história religiosa dessas décadas, merece ser lido na íntegra e atentamente, para se conhecer a dedicação e o zelo pastoral com que estes dois prelados serviram a Arquidiocese, em contextos diferentes, mas sempre preocupados com o bem das almas.

Tendo sido incumbido de procedermos à sua apresentação, aceitámos com gosto, mas, atendendo ao escasso tempo disponível, limitar-nos-emos a aludir aos aspetos mais notáveis da ação de cada um destes prelados, na esperança de que os interessados não se dispensem da leitura dos restantes.

D. António Bento Martins Júnior (1932-1963)

Respeitando a ordem cronológica, começamos por D. António Bento Martins Júnior, que presidiu aos destinos da Arquidiocese durante 31 anos (1932-1963). Da sua biografia

bastará observar que nasceu, em 5 de maio de 1881, em S. Miguel de Arcos, Vila do Conde, tendo frequentado os seminários diocesanos de 1895 até 1903 e tendo recebido o presbiterado, em outubro desse ano, foi logo enviado para a Universidade Gregoriana de Roma, donde regressou em 1908, licenciado em Direito Canônico e doutorado em Teologia. Desde então, além dos múltiplos serviços prestados como professor no Seminário de Preparatórios, no Cabido e nos Serviços Centrais, cujos méritos ficaram bem expressos na elevação a *Pronotário Apostólico* por Pio XI, em 4 de julho de 1922.

Após o regresso de Roma, pôde acompanhar a implantação e a evolução da I República, bem como os nefastos efeitos que ia causando na vida da Igreja e da Diocese de Braga, que ficou sem Paço Arquiepiscopal, sem Seminários, sem Arquivo Arquidiocesano e sem tantos outros bens, tendo acompanhado as agruras de D. Manuel Baptista da Cunha, expulso do Distrito de Braga e refugiado em Vila do Conde, do Distrito do Porto, mas ainda da sua Arquidiocese. Com a chegada de D. Manuel Vieira de Matos, em finais de 1915, esteve também a seu lado na obra de reconstrução das estruturas diocesanas mais urgentes: aquisição do novo Paço, Seminário, publicação da revista *Ação Católica* e tantas outras iniciativas, até ser nomeado bispo de Bragança, em 1928, onde prestou particular atenção ao clero, reduzido em número e bastante idoso, tendo centrado especial cuidado na construção do Seminário e na publicação do *Boletim da Diocese de Bragança*, indispensável para a ligação com o clero e os fiéis.

Nos últimos meses de vida de D. Manuel Vieira de Matos foi transferido para Braga, como coadjutor do grande Arcebispo, que se encaminhava para o fim. Em 28 de Setembro de 1932 assumiu as funções de Arcebispo da Arquidiocese de Braga, cuja situação, desde há muito, bem conhecia.

Uma das primeiras funções em que teve de se empenhar foi a da aplicação das disposições do *Concílio Plenário Português*, que tinha entrado em vigor, havia mais de um ano, em 24 de maio de 1931, quando o seu antecessor já estava muito debilitado.

Um dos aspetos que atingia toda a Arquidiocese era a necessidade de reabilitar ou, se preferirmos, renovar as Confrarias, indispensáveis para a revitalização da vida cristã dos fiéis e a correta administração das suas ofertas, sendo certo que muitas destas Confrarias continuavam feridas pelos nefastos efeitos dos tempos da I República, que o Prelado, há muito, conhecia.

No vasto campo de ação que eram as Confrarias, sobressaía o cuidado a ter com as do *Santíssimo Sacramento*, que, em 1939, comemorariam o IV Centenário da sua existência.

Além do intenso e delicado trabalho de renovação das Confrarias [...] o novo Arcebispo deparou também com a necessidade urgente de iniciar a recristianização das festas religiosas, que andavam muito longe da função de servirem para a propagação do culto e maior glória de Deus e dos Santos, em cuja honra, anualmente, se anunciavam e organizavam, transformando-se, depois, muitas delas em elementos de descristianização, ou seja, contrários do que deveriam ser.

A ação pastoral de D. António Bento Martins Júnior deparou também com acontecimentos de âmbito eclesial que lhe proporcionaram a oportunidade de intensificação da vida religiosa dos fiéis, não só no plano devocional, mas também e sobretudo de maior aprofundamento catequético e doutrinal, de que o povo andava carenciado. Referimo-nos às celebrações dos jubileus de 1933, comemorativo do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo e, a partir

de 24 de dezembro de 1949 e 1950, à do novo jubileu, promulgado pelo Santo Padre Pio XII, como tempo particularmente propício para a expiação dos pecados e purificação das almas, que o mesmo Pontífice prolongou pelo ano de 1951. O Arcebispo Primaz, consciente das suas responsabilidades, acompanhou a vivência deste tempo de perdão e de graça com sucessivas instruções pastorais.

O conhecimento que D. António tinha das realidades sociais da Arquidiocese levou-o a tomar providências sobre numerosas instituições destinadas a atenuar as carências de variados sectores da população diocesana, de que apenas poderemos enumerar algumas, avultando, em primeiro lugar as Conferências Vicentinas, dado o seu número e a quantidade de pessoas por elas socorridas e, atendendo à sua origem, antiguidade e objetivos, o Colégio dos Órfãos de São Caetano, de que ele próprio assumiu a Presidência de Comissão Administrativa, facto que, só por si, denuncia a situação em que se encontrava. No plano da assistência, através da Diocese, este Arcebispo preocupou-se com as Santas Casas da Misericórdia, cujos Estatutos são geralmente conhecidos e têm como referencial os da Misericórdia de Lisboa, merecendo alusão especial as de Braga, Celorico de Basto, Vila Verde, Amares e Vila Nova de Famalicão.

De cariz diferente, mas profundamente social, registe-se também o apoio que o Venerando Arcebispo deu, desde 1933, à Obra de Proteção às Raparigas, chegando mesmo a patrocinar o Congresso Diocesano desta Obra, realizado, em Braga, nos dias 26 a 29 de 1942.

Isto bastaria para vincar o pensamento e as preocupações sociais deste Prelado, mas o simples elenco de outras obras a que prestou atenção, em condições que é impossível descrever aqui, como: as Cozinhas Económicas, a Oficina de S. José, o Albergue Distrital e a Obra do Pão dos Pobres falam bem alto do seu interesse pelos mais necessitados.

É natural que após a menção destas obras e preocupações deste Arcebispo, na mente dos presentes perpassa a pergunta: E os Seminários?

Já recordámos que D. António Bento Martins Júnior, após o regresso de Roma, doutorado em Teologia e licenciado em Direito Canónico, assistiu ao confisco dos Seminários Diocesanos pela I República, acompanhou o modo como D. Manuel Vieira de Matos foi resolvendo o problema e ele próprio sentiu no seu espírito, que não podia adiar o problema do Seminário, já pensado pelo seu antecessor. Não admira, por isso, que ainda antes de expirar o primeiro mês sobre a sua tomada de posse, em 26 de outubro de 1932, publicasse o primeiro documento recordando aos fiéis o pedatório para o Seminário, que teria lugar nos dias 1 e 2 de novembro, que se aproximava.

A obra do Seminário de Teologia, na Rua de Sta. Margarida, iniciou-se e prosseguiu de tal forma que, em 14 de outubro de 1934, foi possível proceder à bênção e inauguração da primeira parte, que logo entrou em funcionamento, prosseguindo as obras da segunda parte, incluindo as da Capela, conjunto que veio a ser solenemente inaugurado, em 15 de outubro de 1942.

Entretanto, o Sr. D. António ia legislando sobre a admissão ao Seminário, as condições para aceder à receção das ordens sacras, sobre a formação de clero e numerosos assuntos pertinentes, sem deixar de revelar problemas graves que afetavam a vida da Arquidiocese, recordando que, em 1935, faleceram 32 sacerdotes e se ordenaram, apenas, 5, e que 203 paróquias não tinham pároco próprio.

O novo Seminário, como esperava, permitiria que situações desta natureza não voltassem a repetir-se.

Neste contexto, impunha-se dinamizar a Obra das Vocações e Seminários, fundada por D. Manuel Vieira de Matos, em 1918, a que D. António Bento Martins Júnior houve por bem renovar-lhe os Estatutos e avançar para um Congresso sobre esta temática, constituindo a coroa desta longa caminhada a inauguração de uma parte significativa da segunda fase do Seminário. A Capela, porém, só viria a ser inaugurada em 15 de outubro de 1942, e, no dia seguinte, o Venerando Arcebispo benzeu na capela do Paço Arquiepiscopal as imagens de S. Pedro e S. Paulo, logo conduzidas em procissão para a Capela do Seminário a que se destinavam.

O conteúdo deste capítulo tem de se completar com a solicitude de D. António Bento Martins Júnior para com o clero, passando pela regulamentação dos exercícios espirituais e exames de repetição, observação do dever de residência e conservação das residências paroquiais, preparação da pregação da Palavra de Deus, administração dos bens paroquiais, em que as Comissões Fabriqueiras tinham uma função importante a desempenhar.

As preocupações do Prelado com o clero passavam também pela determinação do modo como devia trajar, pela ponderação e autorização para a frequência das praias e termas e o problema dos transportes, onde não faltavam as considerações quanto à posse e uso de automóveis, ao tempo bastante raros, etc., minúcias que hoje nos poderão impressionar, mas não deveremos esquecer que os tempos eram outros e o Prelado pretendia a dignidade e bem social e espiritual do seu clero, não se esquecendo de recomendar a oração do Ofício Divino ou Breviário e a celebração da Eucaristia, essenciais na vida espiritual de cada um.

Na sua responsabilidade de Pastor, não esquecia as Visitas Pastorais, feitas pessoalmente ou por seus delegados e devidamente preparadas.

Entre as responsabilidades dos párocos incluía também a obrigação da correta organização do Registo e Arquivo Paroquial, indispensáveis na prática pastoral, a que D. Manuel Vieira de Matos, após o confisco a que a I República tinha procedido, prestara atenção

Em ordem à atualização do clero, em 1942, realizou o Sínodo Diocesano, que lhe proporcionaria uma visão de conjunto, atualizada, do Sínodo de 1918, do Concílio Plenário Português de 1926 e da Concordata de 1940, que muito útil lhe seria no quotidiano pastoral.

Uma iniciativa desta dimensão não dispensava a continuação da ação de formação permanente do clero, que deveria encontrar um suporte e continuidade nas Conferências Eclesiásticas e nas Palestras do Clero.

A cada um destes temas, que não podemos desenvolver, dedicou o autor – Cónego José Paulo Abreu – páginas suficientes, onde os interessados poderão encontrar informações elucidativas sobre cada um destes aspetos, em muitas situações, ilustradas com citações dos textos do Prelado.

Nos vinte anos ulteriores, em que ainda permaneceu à frente dos destinos da Arquidiocese, a sua atividade pastoral, além de desenvolver os Movimentos e Grupos de Apostolado, como Os Cruzados de N^a Senhora de Fátima, o Apostolado da Oração, a *Ação Católica Feminina*, já bem implantada na Arquidiocese, que procurou valorizar com a organização de Cursos para Assistentes e a nomeação de responsáveis diocesanos, sem omitir a intensificação e valorização da Catequese, do Escutismo, etc., seguindo-se a série de Congressos, de Cursos

de Formação religiosa, que, além de difundirem, consolidavam os movimentos neles visados: da Juventude Católica Feminina, Apostolado da Oração, sendo alguns de âmbito regional, como o de Ponte de Lima, o Congresso Catequístico Internacional, etc., merecendo referência especial o Congresso da Imprensa, destinado a comemorar as Bodas de Prata do *Diário do Minho* – cujo centenário estamos a celebrar – pelos muitos benefícios já então prestados à Arquidiocese.

Não é necessário ampliar o número das iniciativas pastorais, tanto quanto possível apoiadas nas indispensáveis bases culturais, mas para que não se pense que D. António Bento Martins Júnior se preocupava só com os fiéis, urge sublinhar a sua piedade, a devoção, e o amor e a Nossa Senhora do Sameiro, que estão na base da Consagração da Arquidiocese e de diversos arciprestados e santuários, ao Imaculado Coração de Maria, feita pessoalmente, pelo Vigário Geral ou seus delegados.

E as manifestações desta devoção mariana continuam a evidenciar-se na Consagração do Arcebispado ao Imaculado Coração de Maria, no júbilo com que foi vivida a proclamação do Dogma da Assunção de Nossa Senhora ao Céu, em 1 de novembro de 1950, no sentido acolhimento da Imagem de Nossa Senhora de Fátima na Arquidiocese, no ano seguinte, devendo acrescentar-se a estas profundas manifestações de Fé, o Congresso Mariano Nacional, de 1954, comemorativo do centenário da Definição Dogmática da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, por Pio IX, em Roma, em 1854, a que foi associada a celebração do Cinquentenário da Coroação da Imagem da Senhora do Sameiro, pelo que Braga esteve em festas nacionais, de 8 a 13 de junho de 1954.

A estas celebrações marianas de 1954, quatro anos depois, seguiu-se o Centenário da Aparições de Lourdes, em que Nossa Senhora confirmou a decisão de Pio IX, ao responder a Bernardete Soubirous, que lhe perguntou quem era: – «Sou a Imaculada Conceição»!

No conjunto das suas inúmeras preocupações pastorais – tendo sempre presente o bem espiritual dos fiéis que lhe estavam confiados – o Senhor D. António não perdia de vista as necessidades administrativas, destinadas a beneficiarem as populações delas carecidas. Foi por isso que, em 1934, 1935, 1938, 1943 e 1944, decidiu criar novas paróquias, cuja necessidade era evidente.

Foi também durante este período, mais concretamente em 1942, que teve de enfrentar e sofrer os incómodos da pretensão de alguns vianenses empenhados no desmembramento da Diocese de Viana do Castelo, contra a qual reagiram a Câmara Municipal e o próprio Governador Civil, tendo o movimento esfriado, mas não desapareceu, não faltando, entretanto, as manifestações de desgosto e de solidariedade prestadas ao Arcebispo Primaz.

Embora não seguindo rigorosamente a ordem cronológica, cremos ter apresentado os principais aspetos do governo pastoral de D. António Bento Martins Júnior, em permanente sintonia com o Romano Pontífice e sempre preocupado com os problemas da Paz – ele que tinha conhecido os nefastos efeitos da I Grande Guerra, da Guerra Civil de Espanha e da II Grande Guerra Mundial.

Tendo vivido estas e outras experiências de intranquilidade da sociedade do seu tempo, foi com entusiasmo que solicitou aos seus diocesanos fervorosas orações pelo anunciado Concílio Ecuménico Vaticano II, a que o seu debilitado estado de saúde já não lhe permitiu assistir.

As notas aqui dispersas e as muitíssimas outras que não foi possível referir obrigam-nos a concluir que estamos perante um grande e excelente Arcebispo, que muito fez progredir a sua Arquidiocese, durante os 31 anos em que presidiu aos seus destinos, legando-lhe, além de quanto fez, os exemplos da sua piedade eucarística e mariana.

D. Francisco Maria da Silva (B. Auxiliar: 1957-1963; Arcebispo: 1963-1977)

Durante os últimos seis do seu arquiépiscopado, D. António Bento Martins Júnior beneficiou da atividade pastoral de D. Francisco Maria da Silva, que haveria de lhe suceder. Embora os de mais idade se recordem perfeitamente da sua figura e de muitas das suas iniciativas, sem nos demorarmos demasiado, deveremos recordar algumas das suas notas biográficas:

Nascido, em 15 de março de 1910, em Santo António do Monte, concelho da Murtosa, diocese de Aveiro, com pouco mais de 17 anos, passou a frequentar a Universidade Gregoriana, em Roma, onde se doutorou em Teologia e obteve o bacharelato em Direito Canónico, tendo recebido o presbiterado, com 22 anos, na Basílica de S. João de Latrão.

Regressado à diocese de Évora, carecida de sacerdotes, além de funções no ensino, foram-lhe confiadas outras de grande responsabilidade, como a organização do Congresso Mariano de Évora, em 1946, e a comemoração das Bodas de Ouro do arcebispo, D. Manuel Mendes da Conceição Santos, em 1949.

Face aos êxitos alcançados, não admira que em 1955 tenha sido promovido a Vigário Capítular, e com D. Manuel Trindade Salgueiros elevado a Vigário Geral da Arquidiocese de Évora.

Entretanto, foi publicando diversas obras, que o exornavam quando, em 23 de fevereiro de 1957, foi nomeado Bispo de *Telmessus* e Auxiliar de Braga, tendo a sagração episcopal decorrido no Santuário do Sameiro, em 31 de março de 1957, onde, no dia seguinte (1/4/1957) celebrou a sua primeira missa episcopal, como expressão da sua devoção a Nossa Senhora.

Estas breves notas procuram situar o novo Bispo Auxiliar no espírito dos mais novos, que, eventualmente, não o tenham conhecido. Mas o que mais nos interessa, agora, é apresentar o esboço da sua ação pastoral, primeiro, na condição de Bispo Auxiliar e, depois, como Arcebispo Primaz.

Durante os anos em que permaneceu como Bispo Auxiliar, D. Francisco Maria da Silva procurou dinamizar a vida espiritual da Arquidiocese, não só presidindo a peregrinações a que o Sr. D. António já não podia comparecer, mas também através das inúmeras visitas pastorais, que o levaram a percorrer a Arquidiocese e de que o seu secretário, o Sr. P.º Domingos Coutinho, ia dando notícia, através das crónicas publicadas no *Diário do Minho*. Uma preocupação que, durante este período, sempre o acompanhou foi a presença, em representação do Sr. D. António, nas palestras do clero, em cuja formação muito se empenhou. Mais discretas, mas não menos eficazes, eram as presenças nas comunhões pascais dos prisioneiros, que o levaram a visitar diversas cadeias, constituindo também um estímulo ao desenvolvimento do apostolado, neste setor mais esquecido da sociedade.

Mas na sua vida, desde os anos passados em Évora, havia duas notas dominantes: a pregação e a escrita. Quem o conheceu, desde os primeiros tempos passados em Braga, não pode esquecer o dinamismo e o vigor dos sermões, proferidos na Sé, que, gradualmente, se viu obrigado escrever e ler, mercê das pressões externas, mas nunca se afastando do rigor doutrinário, nem se alheando do amor à Pátria, sempre que as circunstâncias o permitiam ou exigiam.

Com a elevação a Arcebispo Primaz e a participação no Concílio Vaticano II, a devoção inicial à Senhora do Sameiro, tornou-se mais visível no projeto de construção de Centro Apostólico do Sameiro, da instituição da Fraternidade Sacerdotal e da Sociedade Mariológica, cada uma destas instituições com objetivos específicos, mas, decerto modo, interligadas, visando dimensões pastorais de assistência ao clero e de fundamentação da devoção mariana.

Tal como D. António Bento Martins Júnior tinha feito, em relação às celebrações marianas já referidas, também D. Francisco Maria da Silva, dinamizou a celebração do Centenário do Sameiro, em 1964 – santuário que ficámos a dever à iniciativa ao P^o. Martinho –, e a do IV Centenário do Seminário Conciliar, precisamente, quando se comemorava o encerramento do Concílio de Trento, em que D. Frei Bartolomeu dos Mártires tão brilhante e eficazmente tinha participado e pugnado pela criação dos Seminários.

Neste ambiente jubilar mariano e sacerdotal, estavam criadas as condições para solicitar ao Romano Pontífice a elevação do Santuário do Sameiro a Basílica Menor, privilégio concedido em 4 de dezembro de 1964.

Quem se dedicar a acompanhar a atividade de D. Francisco nos tempos imediatos não pode deixar de sublinhar as suas preocupações com o clero, tanto na parte espiritual, cultural, administrativa, em busca de uma situação estável e dignificante para com os seus colaboradores espalhados por toda a Arquidiocese. Na impossibilidade de analisarmos todas as iniciativas deste zeloso Arcebispo, limitamo-nos a enumerar, apenas algumas, que bem comprovam o que se afirmou: conferências eclesiais, pós-seminário, semanas de atualização teológico-pastoral para o clero, arcepresbiteros, conselhos presbiterais, conselhos pastorais, normativas várias, bilhete de identidade sacerdotal, cartas ao clero, etc.

E a estes assuntos seguiram-se outros temas da natureza político-social, como: a pátria, a missão do Bispo, os pobres e a pobreza, etc., seguindo-se-lhe: os ventos socialistas (e os erros), exortação pastoral ao clero, em Viana, missa e comunhão à tarde, sobre a nossa imprensa, etc., etc.

Ainda no âmbito clerical, D. Francisco teve que encarar alguma turbulência, que o bom senso das partes e a passagem do tempo se incumbiram de, na prática, irem eliminando, mas que o volume em análise não omitiu.

Centrando-se, mais em concreto no Povo de Deus, as orientações de D. Francisco visaram, em especial os Cursos de Crisandade, o Apostolado da Oração, a Legião de Maria, o Escutismo, o sempre importante tema da Catequese, a Emigração, que tão profundamente atingiu a Arquidiocese, bem como o sempre atual problema das festas religiosas, etc.

A estes novos temas foram sendo acrescentados outros, como o da música sacra, e, no plano da arquitetura eclesial, os relativos às adaptações e às novas construções de igrejas, que iam surgindo, através da Arquidiocese.

E, como não podia deixar ser, enfrentou também o problema do Rito Bracarense, que, decorridos tantos anos, continua estagnado...

Impõe-se terminar a apresentação da extensa lista parcial de assuntos abordados neste Vº volume dos Fastos Episcopais, mas não o poderemos fazer sem citar a comemoração, em 1972, do XIV Centenário do II Concílio de Braga, presidido por S. Martinho de Dume / Braga, cujos efeitos, entre outros, subsistem, de algum modo, na estrutura da divisão administrativa eclesiástica da antiga Província da Galécia, não tendo sido esquecido, nesse mesmo ano de 1972, o IX Centenário do Mosteiro de Tibães.

Às diligências de D. Francisco Maria da Silva ficámos a dever também o regresso a Braga de parte das relíquias de S. Frutuoso, em 19 de outubro de 1966, que tinham sido levadas para Santiago de Compostela por D. Diogo Gelmires, em 1102, ato que ficou a ser conhecido como «*Pio Latrocínio*». O dia do regresso festivo destas relíquias, há muito desejado, ficou, intencionalmente, a marcar o início do Congresso em honra de S. Frutuoso, então realizado.

D. Francisco Maria da Silva não se alheava dos problemas da Cultura e acompanhou o processo da criação da Faculdade de Filosofia de Braga – a primeira da Universidade Católica Portuguesa – e da Universidade do Minho.

Com a sua preparação intelectual, com o conhecimento que tinha da doutrina social da Igreja, com a experiência pastoral vivida no Alentejo e em Braga e atento como estava ao evoluir da sociedade, pensando no bem espiritual dos seus fiéis, não se coibiu de escrever sobre o comunismo e os marxistas, e de recomendar aos seus diocesanos «Defendei o que é da Igreja».

Os seus últimos anos foram conturbados, além da nova agitação do problema da separação da diocese de Viana do Castelo e das perturbações decorrentes do 25 de Abril de 1974 – (*sem esquecermos o grave vexame a que foi submetido*) – a cujas consequências nefastas se opôs, energicamente, entre outras, na extraordinária manifestação de 10 de agosto de 1975, e, sobretudo, pela doença que o acompanhou até à morte, em 14 de abril de 1977, tendo as homenagens fúnebres sido prestadas nos dias 15 e 16, e encerradas com as solenes exéquias, na tarde deste último dia, seguidas do impressionante cortejo fúnebre até ao jazigo dos Arcebispos, no cemitério de Monte de Arcos.

Conclusão

Procurámos transmitir em traços muito rápidos a visão extensa e profunda que o Autor nos traçou das vidas e, sobretudo, das ações pastorais destes dois prelados, muito diferentes por temperamento, que presidiram à Arquidiocese em períodos com características, por motivos histórico-sociais, bastante diversos, mas ambos, apaixonadamente, dedicados em busca do bem espiritual da Igreja, da Arquidiocese e da santificação dos sacerdotes e fiéis, que lhes estavam confiados.

Perante a extensão do estudo dedicado a estes dois Arcebispos, em contraste com as sínteses dedicadas a muitos outros Prelados nos volumes anteriores, impõe-se agradecer ao Autor o precioso contributo que nos proporcionou para um melhor conhecimento da História da Arquidiocese de Braga, durante quase cinco décadas do século XX (1932-1977). [...]

Finalmente, julgamos que Sua Ex.^a Rev.^{ma}, o Senhor Arcebispo Primaz, e a Seção de Braga da Universidade Católica Portuguesa se deverão sentir compensados pelo excelente resultado do ano sabático, concedido ao Professor Doutor José Paulo Abreu, a quem renovamos os nossos sinceros e cordiais *Parabéns!*